

O Brasil e o mundo

IGNACIO M. RANGEL
Especial para o Folha

Creio que podemos dar por encerrada a polémica em torno do problema de saber se a economia brasileira entrou em fase de recuperação ou retomada do desenvolvimento. A resposta é claramente afirmativa: a) eleva-se a produção industrial e logo veremos que todo o PIB deve estar em expansão; b) ainda que com certa preguiça, entrou a reativar-se o emprego; c) como consequência do reaquecimento da economia, foi posto um freio no processo de elevação da taxa de inflação. O problema que agora se abre é o de saber qual a causa profunda dessa recuperação.

A primeira coisa a constatar é que não se trata de um fenômeno singular, em descompasso com o que se passa no resto do mundo, especialmente na área mais desenvolvida, que os teóricos do ciclo denominam de centro dinâmico da economia mundial. Não porque esse descompasso seja inconcebível, ou não deva mesmo ser esperado. Pelo menos desde a independência — lato sensu, podendo ser datada da Abertura dos Portos — a economia brasileira tem mostrado uma clara propensão a expandir-se, não somente nas fases "a" ou ascendentes, do ciclo longo, mas também nas fases "b". Mas isso se refere ao ciclo longo, não aos movimentos conjunturais de curto prazo, como este que estamos vivendo. No momento, deve ficar claro que nosso movimento de recuperação, não apenas está em compasso com o mundial, como deve ser estudado como parte dele.

Com efeito, a produção industrial dos 24 países da OCDE, alcançou, no primeiro semestre de 1964 (tomando 1960 como 100) o índice de 105; a dos Estados Unidos, 109; a do Japão, 114; e da Europa Ocidental, 100. No outro extremo está a Itália, com o índice de 93, mas, ainda assim reerguendo-se, comparativamente ao primeiro semestre de 1963. Tomando-se este semestre como base, igual a 100, teremos, para a OCDE, 108,2; para os Estados Unidos, 113,5; para o Japão, 111,8; para a Europa Ocidental, 103,1; para a Itália, 102,2. Nada de singular, portanto, em nossa recuperação.

O consenso parece estabelecido, também, quanto ao motor primário desse processo: o descabelado déficit do Tesouro Federal dos Estados Unidos, acompanhado por um déficit comparável no balanço das contas externas desse mesmo país. O déficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos injeta dólares nas outras economias capitalistas, e o lançamento de títulos do Tesouro Federal norte-americano enxuga esses dólares, engendrando o paradoxo da moeda de um país deficitário comportar-se como se fosse ele superavitário. As moedas européias e a japonesa, não obstante a posição superavitária dos seus respectivos países, surgem como se fossem excedentes, relativamente ao dólar, o qual não pára de "valorizar-se", em relação a elas e ao ouro.

Financiado desta maneira, o déficit do Tesouro Federal funciona como um investimento, no sentido keynesiano do termo. E não somente para os Estados Unidos, mas também para o resto do mundo capitalista — inclusive para nós. Esse

déficit é o escoadouro, em última instância, do incremento do saldo de nossa balança comercial. Noutros termos, já que a causa profunda do déficit do Tesouro Federal americano é o programa de armamentos, não será exagerado indicar este último como o motor primário verdadeiro de todo o processo mundial de recuperação. Do nosso, inclusive.

Nossa dificuldade para alcançar o sentido último do processo não está no fato de que, por caminhos pouco conhecidos, nossa recuperação resulta da recuperação do centro dinâmico e, em primeiro lugar, dos Estados Unidos. Isso já sabíamos, ou julgávamos saber. Quando o centro dinâmico despertasse, nós também despertaríamos. O problema está em saber qual a verdadeira correia de transmissão. A idéia mais arraigada explicava o fenômeno mais ou menos como se segue: uma vez reativada a economia cêntrica, voltaria a jorrar a cornucópia da oferta de capitais e, com a entrada de capitais, recomençaria o crescimento econômico.

Ora, as coisas se moveram por outros caminhos. Nossa recuperação prende-se, por certo, à recuperação cêntrica, mas não pela entrada e sim pela saída de capitais. Sob a pressão do FMI, nossas importações foram comprimidas e nossas exportações expandidas e, embora o balanço de pagamentos continui deficitário, está muito menos deficitário. Algebricamente, é como se houvesse aparecido um superávit. Esse superávit vai, por diversas vias, ao Tesouro Federal dos Estados Unidos, para financiar o programa de armamentos. Tudo se passa pois, como se tivesse havido um ponderável incremento da formação de capital, com o efeito multiplicador implícito.

Na medicina antiga, a sangria era remédio para quase todos os achaques. Neste caso, pelo menos, valeu a sangria. Com efeito, para reservar os saldos em moeda forte para o serviço da dívida, deixamos de importar muitas coisas que antes importávamos contra financiamentos externos. Mas isso não quer dizer que nos privamos de todas elas, visto como a economia nacional já podia suprir muitas delas e outras poderiam ser supridas por novos mercados, contra novos itens de exportação para os quais já estávamos equipados.

O outro problema consiste em saber quanto tempo deverão durar essas recuperações — a mundial e a nossa. É aqui que o assunto se torna mais interessante, visto como, se nas flutuações econômicas de curto prazo — grosso modo catalogáveis como ciclos de Juglar — nossas relações de produção estão dadas, o que quer dizer que não podemos deixar de obedecer aos impulsos partidos do centro dinâmico, nas flutuações de longo prazo, isto é, nos ciclos de Kondratiev, nossas relações de produção costumam mudar. Noutros termos, passamos de um "regime" a outro, como antes se dizia; de um "modelo" a outro, como é moda dizer-se agora; de uma "dualidade" a outra, como venho propondo que digamos.

Recapitulando:
— a fase "b" ou recessiva do 1º Kondratiev deu-nos a Independência e, com ela, a hegemonia dos senhores de escravos, os quais dela se serviram para

incrementar a importação de braços africanos e para diversificar a produção das fazendas, com o que a economia nacional expandia-se, não obstante a estagnação do comércio exterior;

— a fase "b" do 2º Kondratiev (começada em 1873) deu-nos a Abolição e a República, que era a homologação política daquela e, com elas o latifúndio feudal, sob a hegemonia do capitalismo mercantil, que organizou a "substituição e importações", não mais no interior das fazendas, mas no quadro do mercado, sob a forma de generalizada produção artesanal, ou pequena produção de mercadorias;

— a fase "b" do 3º Kondratiev, com a Revolução de 30, trouxe-nos a 3ª dualidade e, com ela a implantação do capitalismo industrial, isto é, a substituição industrial de importações.

Em todos os casos, a economia nacional descolava-se do centro dinâmico, isto é, retomava o crescimento, não obstante a estagnação do centro dinâmico. Agora, nas condições da fase "b" do 4º ciclo longo, novo modelo — ou nova dualidade — encontra-se no nascedouro. Esta mudança deve possibilitar uma retomada energética e durável do crescimento econômico brasileiro, não mais acompanhando o "centro" como agora, mas em descompasso com ele.

Final, as perspectivas de um ambicioso programa de crescimento para o Brasil — e para boa parte do Terceiro Mundo — não depende, como para o centro dinâmico (Primeiro Mundo ou OCDE), do amadurecimento de nova tecnologia. Podemos crescer à base de uma tecnologia já amadurecida e provada nos países desenvolvidos do Primeiro e do Segundo Mundos. O que falta são certas mudanças nas relações de produção ou seja, certas mudanças institucionais, para as quais já estão criadas as condições objetivas. Como das outras vezes.

No fundamental trata-se:

1 — da reestruturação do aparelho de intermediação financeira, partindo da conversão de parte dos serviços públicos concedidos a empresas públicas em serviços públicos concedidos a empresas privadas;

2 — concentrar o comércio exterior nas mãos do Estado, para viabilizar a instituição do planejamento, sob a forma da vinculação das exportações com as importações, isto é, do bilateralismo;

3 — levar a termo as mudanças iniciadas no tocante ao acesso de grandes massas rurais, mas também suburbanas, à propriedade do solo, não para competir com a novel agricultura capitalista, mas para complementá-la, permitindo o aproveitamento do "tempo morto" pelo campesinato.

Entrementes, a retomada do crescimento pelo centro dinâmico, especialmente pelos Estados Unidos, não pode ter vida longa. Seu motor primário, o armamentismo financiado via déficit do Tesouro Federal daquele país, conduz a distorções intoleráveis, que importam em monstruoso parasitismo dos pobres, em favor dos ricos. As alternativas são: nova depressão, ou a guerra.

IGNACIO M. RANGEL é economista e formado em Direito, membro do Conselho Regional de Economia — Rio de Janeiro e autor de vários livros, entre eles, "A Inflação brasileira" e "Tecnologia — ciclo de crescimento".

49
84